

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.099 - AC (2019/0301516-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ROMANO FERNANDES GOUVEA
ADVOGADO : ROMANO FERNANDES GOUVEA - AC004512
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : BRUNO SILVA DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : FELIPE SILVA DOS SANTOS (PRESO)
OUTRO NOME : FELIPE SILVA SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO SILVA DOS SANTOS E FELIPE SILVA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (1001002-23.2019.8.01.0000).

Segundo consta dos autos, os pacientes foram denunciados pela suposta prática do crime de roubo majorado. Recebida a denúncia, o juízo processante acolheu a representação ministerial e decretou a prisão preventiva dos réus. Posteriormente, sobreveio sentença condenatória e negando aos réus o direito ao recurso em liberdade.

A defesa impetrou prévio *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, ausência de motivos para a manutenção da prisão preventiva. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 33):

CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. DISCUSSÃO ACERCA DE AUTORIA. ANÁLISE DE PROVAS. INACEITABILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. RECORRER EM LIBERDADE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. QUANTUM DE PENA IMPOSTO NA SENTENÇA INDICA O REGIME PRISIONAL FECHADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MANUTENÇÃO NECESSÁRIA. DENEGAÇÃO.

1. Via eleita inadequada para analisar as provas atinentes à autoria delitiva, vez que cabe à instrução processual.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, e, encontrando-se devidamente fundamentada a decisão, mantém-se o decreto preventivo.*
3. *As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia.*
4. *Habeas corpus conhecido e denegado.*

Nas razões do presente processo, a defesa alega, inicialmente, ausência de indícios de autoria, ressaltando que "*o delegado encarregado do caso em depoimento em juízo informou que a vítima já chegou na delegacia com a fotos dos possíveis autores*" (e-STJ fl. 6) e que um dos pacientes não tem a tatuagem mencionada pela vítima. Além disso, a arma não teria sido apreendida e as outras vítimas não teriam reconhecido os suspeitos como sendo os autores do crime.

Ainda, sustenta não haver razões legais para a prisão preventiva, com base nas hipóteses do art. 312 do CPP, notadamente porque os acusados são primários, o que evidencia a ausência de periculosidade.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a imediata expedição do alvará de soltura em favor dos pacientes.

É o relatório, **decido**.

Compulsando os autos, verifico, de plano, não ser caso de exame de liminar em regime de plantão judiciário, uma vez não configurada nenhuma das hipóteses constantes no art. 4º da Instrução Normativa n. 6, de 26/10/2012, deste Tribunal Superior.

Com efeito, o *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão proferido no *writ* originário, de modo que não é possível a análise do pleito em regime emergencial, apenas no primeiro dia útil seguinte.

Passo ao exame do pedido.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como

Superior Tribunal de Justiça

em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Preliminarmente, como consignado no acórdão, cumpre esclarecer que o *habeas corpus* não é a via adequada para afastar alegações de ausência de indícios de autoria, por demandar um revolvimento de matéria probatória, procedimento incompatível com a via estreita do *writ*.

Quanto aos fundamentos da prisão cautelar, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a manutenção da segregação cautelar, mesmo após a condenação dos réus, motivo pelo qual denegou a ordem, como se verifica do trecho a seguir (e-STJ fl. 47, grifei):

In casu, verifica-se que o Juízo de 1º Grau agiu de forma eskorreita, fundamentando sua decisão, justificando os motivos pelos quais não concedeu aos Pacientes o direito de recorrerem em liberdade, uma vez que o crime pelo qual foram condenados, coadunado pelo quantum de pena imposto, indicam como adequado o início do cumprimento da pena, ainda que provisória, em regime fechado.

A condenação foi fundada na aferição aprofundada dos elementos probatórios constantes nos autos, comprovando-se que os Pacientes praticaram roubo majorado pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, sendo necessária a prisão preventiva para garantir a aplicação da lei penal, conforme fundamentou o Juízo a quo.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que a gravidade concreta dos fatos constitui fundamento idôneo da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. (RHC n. 120051, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/5/2014, Publicado em 16/6/2014).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator